

democracias

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 17 • 2017

3D: Ditadura, Democracia e Diplomacia.

As relações luso-italianas nos anos 60 e 70 do século XX

Vera Margarida Coimbra de Matos

Vera Margarida Coimbra de Matos, Doutora em Altos Estudos em História, ramo História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do CEIS20.

E-mail: veramargaridadematos@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1647-8622_17_11

**3D: DITADURA,
DEMOCRACIA E
DIPLOMACIA. AS
RELAÇÕES LUSO-
ITALIANAS NOS ANOS 60
E 70 DO SÉCULO XX**

Nos anos 60 e até ao período de transição democrática em Portugal (1974-1976), as relações diplomáticas entre Roma e Lisboa foram utilizadas pelos partidos italianos como arma de ataque político. Durante o Estado Novo, o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Socialista Italiano (PSI) usavam-nas para atacar o Partido da Democracia-cristã (PDC), líder das sucessivas alianças governativas de centro-esquerda formadas, desde 1963, entre os partidos do centro e os socialistas. O objetivo era aprofundar a *abertura à esquerda*. Durante a transição democrática, a possibilidade de o PCI entrar no Governo devido à sua base eleitoral leva o PDC e o PSI a utilizar a radicalização de esquerda da revolução portuguesa para enfraquecer a popularidade dos comunistas, acusando-os de quererem instalar em Itália um regime ditatorial estalinista, tal como o Partido Comunista Português, com o qual mantinham estreitas ligações, fazia em Portugal. Simultaneamente, o PCI recorria aos acontecimentos portugueses para pressionar a Democracia-cristã a aceitar uma aliança governativa com os comunistas, chamada *compromisso histórico*.

Palavras-chave: *Estado Novo, Transição democrática, Antifascismo, Centro-esquerda, Itália.*

**3D: DICTATORSHIP,
DEMOCRACY AND
DIPLOMACY. LUSO-
ITALIAN RELATIONS IN
THE 60'S AND 70'S OF THE
TWENTIETH CENTURY**

In the 1960s and until the democratic transition period in Portugal (1974-1976), the diplomatic relations between Rome and Lisbon were used by the Italian parties as a means of political attack. During the *Estado Novo*, the Italian Communist Party (PCI) and the Italian Socialist Party (PSI) use those to attack the Christian Democracy Party (PDC), the leader of the successive center-left government coalitions formed, since 1963, between the center parties and the socialists. The aim was to reinforce the *left-wing opening*. During the democratic transition, the possibility of the PCI entering the Government due to its electoral base incite the PDC and the PSI to make use of the left-wing radicalization of the Portuguese revolution to weaken the popularity of the communists by accusing them of intending to install a dictatorial Stalinist regime in Italy, as the Portuguese Communist Party, with which they kept close ties, was doing in Portugal. Simultaneously, the PCI resorted to the Portuguese events in order to pressure the Christian democrats to accept a coalition government with the communists, known as *historic compromise*.

Keywords: *Estado Novo, Democratic transition, Antifascism, Center-left, Italy.*

**3D: DICTATURE,
DEMOCRATIE ET
DIPLOMATIE. LES RELATIONS
LUSO-ITALIENNES DANS
LES ANNÉES 60 ET 70 DU XX^e
SIÈCLE.**

Dans les années 60 et jusqu'à la période de transition démocratique au Portugal (1974-1976), les relations diplomatiques entre Rome et Lisbonne ont été utilisées par les partis italiens comme une arme d'attaque politique. Durant l'*Estado Novo*, le Parti Communiste Italien (PCI) et le Parti Socialiste Italien (PSI) les utilisent pour attaquer le Parti de la Démocrate-chrétienne (PDC), leader des alliances gouvernementales successives de centre-gauche formées, depuis 1963, entre les partis du centre et les socialistes. L'objectif était d'approfondir l'*ouverture à la gauche*. Pendant la transition démocratique, la possibilité que le PCI participe au Gouvernement dû à leur base électorale amène le PDC et le PSI à utiliser la radicalisation de gauche de la révolution portugaise pour affaiblir la popularité des communistes, en les accusant de vouloir installer en Italie un régime dictatorial staliniste, tout comme le Parti Communiste Portugais, avec lequel ils maintenaient d'étroites relations, le faisait au Portugal. Simultanément, le PCI a recours aux événements portugais afin de contraindre la Démocrate-chrétienne à accepter une alliance gouvernementale avec les communistes, dénommée *engagement historique*.

Mots-clés: *Estado Novo, Transição democrática, Antifascismo, Centre-gauche, Italie.*

Introdução

Nos anos 60 e até ao período de transição democrática em Portugal (1974-1976), as relações luso-italianas foram utilizadas como instrumento de ataque nos círculos políticos e partidários em Itália, de tal forma que não se pode separar as relações diplomáticas entre Portugal e a Itália da evolução da política interna de ambos os países. A interferência das questões de política interna na gestão das relações bilaterais ocorria através de um processo bem retorcido que entrecruzava uma plêiade de manobras políticas e partidárias dentro e fora dos círculos governamentais e do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano¹.

Neste jogo posicionam-se três grandes agentes: o Partido da Democracia-cristã (PDC), que governava ininterruptamente a Itália desde o início da República (1946), o Partido Socialista Italiano (PSI) e o Partido Comunista Italiano (PCI), ambos afastados da área governativa em 1947. O PSI conseguiria voltar às coligações governamentais com o PDC, em 1963, dando início a uma nova fase política e governativa designada por *centro-esquerda*. O PCI não voltaria a entrar no Governo, no entanto, fez parte da sua área de apoio parlamentar em 1976, dando início a um conjunto de governos designados de *solidariedade nacional*.

A nova conjuntura política criada nos anos 60 e 70 afetou as relações luso-italianas por duas vias. Até à queda do Estado Novo, a política colonial foi utilizada pelo PSI e pelo PCI para atacar os democratas-cristãos com o objetivo claro de aprofundar a *abertura à esquerda* e a inclusão dos comunistas nas coligações de centro-esquerda. Caído o Estado Novo, o clima revolucionário instalado em Portugal foi utilizado no contexto do debate em torno da concretização do *compromisso histórico*, isto é, de uma aliança governativa entre o PDC e o PCI.

1. O centro-esquerda e a difícil gestão das relações luso-italianas

Em Itália, o centro-esquerda ficou marcado pela sucessão acelerada de governos e por constantes manobras políticas destinadas a obter a hegemonia entre os partidos ou no interior de um partido. Corresponde, portanto, a um período de forte contestação político-social, ao longo do qual os ataques revestem várias formas. Neste contexto, as guerras coloniais na África portuguesa e a intransigência do Estado Novo em evoluir para formas democráticas de governação eram consideradas nos meios oposicionistas como um material estratégico de ataque, nomeadamente ao Governo italiano e ao PDC. Estratégico porque colocá-los-ia numa posição delicada devido à manutenção das relações diplomáticas com Portugal e ao apoio dado ao regime colonialista e antidemocrático de Lisboa, muito embora aqueles evitassem grandes proximidades para conter a extrapolação das mesmas ao nível da política interna italiana. Desta forma, durante o *centro-esquerda*, as relações entre Portugal e a Itália tornaram-se num exercício de difícil execução, o qual exigia perícia e paciência a ambas as partes. Se o

¹ Em Itália, o Ministério dos Negócios Estrangeiros designa-se por *Ministero degli Affari Esteri*, representado pelo acrónimo MAE, e por Farnesina, designações entre as quais oscilaremos ao longo do artigo.

Governo de Roma cedia o apoio possível, em nome da muito propalada *solidariedade atlântica*, decorrente do estatuto de aliados no âmbito da NATO, o Governo de Lisboa condenava-o por ceder às pressões dos sectores da esquerda, desapoioando um aliado.

Ao nível da questão colonial da África, problemática dominante no panorama internacional desde o final da II Guerra Mundial, a posição de Portugal e da Itália foi antagónica, o que criou focos de tensão e de conflituosidade. Não obstante, havia uma boa dose de realismo de ambas as partes que permitia a manutenção de canais de cooperação, como era o caso dos investimentos italianos e das relações comerciais no Ultramar, e uma acatada solidariedade da Itália face a Portugal derivada do estatuto de aliados atlânticos. Enquanto Portugal defendia a irrevogabilidade da soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos, considerados como parte integrante e inalienável da Nação Portuguesa, a Itália defendia categoricamente o direito de todos os povos à independência, sublinhando que os Estados europeus colonizadores deviam reconhecer as populações colonizadas como elementos fundamentais do processo de construção dos seus Estados, preparando-as política, técnica e financeiramente para exercerem a sua própria soberania. Este reconhecimento devia ser feito atempadamente quer para manter os laços históricos entre colonizadores e colonizados, criando posteriores alianças estratégicas de cooperação, quer para evitar que a União Soviética se antecipasse e se apresentasse como a grande libertadora das nacionalidades, distendendo sobre elas a sua área de influência política, com grave prejuízo para a segurança, equilíbrio e independência do Ocidente. A Itália teria um papel importante neste processo na medida em que, dispondo de mão-de-obra e capacidade técnica e financeira, estava apta para auxiliar os países colonizadores e recém-independentes no desenvolvimento económico da África e assim garantir que os povos africanos não resvalariam para Moscovo. Desta forma, a paz mundial, que dependia da contenção do comunismo, ficava assegurada².

Os ataques à política ultramarina portuguesa começam a notar-se no final de 1960 e provinham dos sectores da Democracia-cristã, altura em que era descrita por Eduardo Brazão, Embaixador de Portugal em Roma, como um partido inteiramente dominado “pelo pavor de desagradar aos partidos comunista e socialista”³. Ambos os partidos representavam um forte foco de pressão numa fase de profundos dissensos no interior da Democracia-cristã, entre a ala esquerda, dominante desde 1957, e a ala moderada. A primeira pretendia aproximar o partido das classes trabalhadoras, após a retração dos votos do PDC nas legislativas de 1953, através da adoção de medidas políticas, económicas e sociais de teor mais socialista, competindo, assim, diretamente com o PSI e com o PCI. A medida de maior alcance seria a consideração da possibilidade de estabelecer uma aliança governativa com o PSI, partido que, em conjunto com o PCI, fazia uma forte oposição à Democracia-cristã, assinalando-lhe a incompetência

² BBORRUSO, Paolo – “L’Italia e l’Africa”. In GIOVAGNOLI, Agostino; TOSI, Luciano - *Amintore Fanfani e la politica estera italiana. Atti del convegno di studi tenuto a Roma il 3 e 4 febbraio 2009*. Venezia: Marsilio, 2010. ISBN 978883179839. p. 414-431.

³ *Apud* MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências em quarenta e três anos de relações diplomáticas (1943-1986)*. [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento. Disponível na WWW em: <http://hdl.handle.net/10316/26785>. p. 225; MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010. ISBN 9789892600109. p. 108-113.

para criar medidas de proteção aos trabalhadores ou de impulsionar a evolução política e económica da Itália porque muito dependente das classes abastadas. Contudo, a concretização da aliança com o PSI exigia a obtenção das condições necessárias para o seu funcionamento sem que a Democracia-cristã ficasse prejudicada, nomeadamente uma estabilidade e convergência mínimas no seu interior e a desvinculação do PSI face ao PCI, do qual era ideologicamente próximo. Com efeito, o anticomunismo constituía um dos princípios basilares da Democracia-cristã, garante da liberdade político-partidária, da estabilidade interna e do alinhamento da Itália com o Ocidente⁴.

Como desejavam alcançar a esfera do Poder para incutir mudanças no sector laboral e político italiano, os socialistas faziam constantes pressões sobre o PDC para que formasse governos de coligação com o PSI. Simultaneamente, o PCI obtinha uma influência crescente junto do eleitorado e, para controlar o isolamento porventura decorrente do afastamento do PSI, concebia uma estratégia de ataque baseada em três pontos fundamentais: defesa sistemática da constituição de um governo com a inclusão dos socialistas; desagregação do PDC mediante a exploração da predisposição da ala esquerda à formação de alianças com o PSI e proclamação do absoluto respeito pelas garantias constitucionais e princípios democráticos, demarcando-se da via revolucionária anteriormente seguida. Compreende-se, portanto, a ilação do diplomata acima citada. Compreende-se também porque é que as questões de política externa, e a questão ultramarina portuguesa em particular, surgiam, neste contexto de dissidência interna no PDC e de enfraquecimento das coligações centristas, como elementos valorizadores da ação da Democracia-cristã e do Governo ao qual presidia e como elementos estruturadores de uma certa coerência ideológica num período de profundas reformulações estratégicas como era o *centro-esquerda*.

Em dezembro de 1960, com a aprovação das resoluções 1514, 1541 e 1542, a XV Assembleia-geral das Nações Unidas criticava todas as formas de colonialismo e deixava claro que não aceitava a aplicação do princípio “nação una e indivisível” ao Ultramar, tal como defendido pelo Governo de Lisboa⁵. Em março de 1961, iniciava-se a guerra em Angola, seguindo-se, até 1964, a Guiné-Bissau e Moçambique. Doravante, e até 1974, a situação na África portuguesa era frequentemente discutida quer no Conselho de Segurança e na Assembleia-geral da ONU, quer na NATO. Fortemente pressionado para que procedesse à descolonização, o Governo português procurava congregar ao máximo o apoio dos aliados, logo da Itália, e evitar que os projetos de resoluções apresentados na ONU contra Portugal fossem aprovados⁶. No seu conjunto, as posições dos aliados divergiam no acessório, mantendo-se muito próximas na generalidade, pois o busílis

⁴ COLARIZI, Simona – *Storia politica della Repubblica: partiti, movimenti e istituzioni 1943-2006*. Roma: Laterza, 2007. ISBN 9788842082590. p. 69-72; MAMMARELLA, Giuseppe – *L'Italia contemporanea (1943-1998)*. Bologna: Il Mulino, 1991. ISBN 8815067574. p. 217-219.

⁵ MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal e as Nações Unidas: a questão colonial (1955-1974)*, Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996. ISBN 9728109156. p. 15-16; SILVA, António E. Duarte – “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XXX, n.º 133 (1995). [Consult. 5 de maio de 2017]. Disponível em WWW: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf>. p. 10-12.

⁶ SANTOS, Pedro Manuel – “Portugal e a NATO. A política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968)”. *Relações Internacionais*. Lisboa: IPRI. ISSN 1645-9199. N.º 21 (Março, 2009). p. 45-60.

da questão era fortalecer a Aliança Atlântica e minar o avanço soviético em África, o que passava pelo abandono do colonialismo. Não obstante, nada seria objetivamente feito contra a soberania portuguesa para evitar a criação de independências prematuras que pudessem ser utilizadas pela Rússia para penetrar na África negra⁷. Como dizia o representante da Itália junto do Conselho Atlântico, a prioridade dada à defesa ocidental deveria coexistir com a prioridade dada à *solidariedade atlântica*⁸. Na ONU, a posição da Itália na votação dos projetos de resolução apresentados contra Portugal era coerente com a sua política anticolonialista: votava favoravelmente quando representavam uma evolução moderada em direção à independência, abstinha-se ou dava o voto contrário quando fossem extremistas e previssem a aplicação de sanções que isolariam Portugal, sendo, por conseguinte, inadequadas para facilitar uma solução construtiva no sentido da criação consistente de nações independentes fortes⁹.

Em julho de 1961, o caso RAI permitia ao Embaixador Brazão fazer o seu jogo político e tentar manobrar as dissidências internas da Democracia-cristã em favor da defesa dos interesses portugueses. A RAI era controlada por elementos do PSI e este foi o facto que articulou a estratégia. Para Brazão e para os altos funcionários do Palácio das Necessidades era inconcebível que a televisão do Estado, cujo diretor era nomeado pelo Governo, tivesse feito um “violentíssimo ataque” a Portugal com a transmissão de um documentário sobre Angola onde misérias eram hiperbolizadas e o progresso tendenciosamente ignorado. Apresentado o protesto na Farnesina e na Embaixada em Lisboa, a resposta dos italianos era evasiva para suavizar o facto de que o Governo não faria qualquer tipo de censura às transmissões da RAI¹⁰.

Como o convencimento de Amintore Fanfani – um dos expoentes da ala esquerda e, nesta altura, Presidente do Conselho – quanto à necessidade de efetuar uma política governativa de *abertura à esquerda* criava fortes tensões entre ele e os sectores moderados da Democracia-cristã, muito críticos do afastamento dos valores fundacionais do partido, Brazão via nesta situação uma oportunidade importante para explorar a forte simpatia dos sectores oposicionistas ao *centro-esquerda*. Era o caso das alas do centro e da direita da Democracia-cristã, onde se incluíam Giulio Andreotti, Giuseppe Pella e Guido Gonella. Seria, de facto, Gonella, Ministro da Justiça, a condenar publicamente os continuados ataques da RAI a Portugal, primeiro no Conselho de Ministros, depois na imprensa. Irritado, Fanfani reagiu energicamente, ameaçando punir o que designava por um ato de indisciplina¹¹. Para o Embaixador, se o caso da RAI teve alguma utilidade, tinha sido servir “aos políticos da Democracia-cristã para definirem, em face do país, uma fratura profunda dentro do seu partido”¹².

Quando Aldo Moro, outro expoente da ala esquerda do PDC, formou o primeiro Governo de centro-esquerda, em dezembro de 1963, as apreensões de Lisboa eram evidentes devido ao neutralismo e ao pouco atlantismo dos socialistas. Se o eleitorado italiano continuasse a inclinar-se para as esquerdas, o neutralismo socialista, incipiente-

⁷ TELO, António José – *António de Faria*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. ISBN 9727623213. p. 291-295.

⁸ MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 218.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 213-224.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 226-227.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 227-228.

¹² *Apud idem, ibidem*, p. 228.

mente instalado no Governo, aumentaria em influência e o PSI, aliado com o PCI, teria o terreno facilitado para separar a Itália da política ocidental¹³. As inquietações eram, com efeito, profundas quanto à duração do jogo subtil que se criava entre socialistas e democratas-cristãos e que permitia a Moro colocar Giuseppe Saragat, do PSDI, na pasta dos Estrangeiros, um homem de “fé retilínea” na validade do Pacto Atlântico e intransigente quanto ao “neutralismo comunistóide”, para citar as palavras de Abílio Pinto de Lemos, Embaixador em Roma¹⁴. As mesmas palavras aplicavam-se a Giulio Andreotti, cuja continuação na liderança do Ministério da Defesa era entendida como uma caução de que a Itália manteria os compromissos assumidos com o Ocidente¹⁵.

Em abril de 1968, quando Aldo Moro presidia ao seu III Governo, ainda de coligação com o PSI, e Amintore Fanfani ocupava a pasta dos Estrangeiros, o Embaixador João Hall Themido escutava deste último que as “dificuldades psicológicas” resultantes da luta de partidos em Itália não deviam inviabilizar os esforços de Lisboa e de Roma no sentido do melhoramento das relações luso-italianas¹⁶. Porém, o Governo de centro-esquerda saído das legislativas de 1968, liderado por Mariano Rumor, vinha representar um retrocesso. A pasta dos Negócios Estrangeiros era atribuída ao socialista Pietro Nenni, um neutralista convicto. Característica que criou dificuldades no relacionamento com Portugal, até porque, no referente à NATO, defendia uma organização débil, “delimitada geograficamente e exclusivamente com preocupações defensivas”¹⁷. A relutância de Nenni em colaborar com o regime de Lisboa, ao qual reprovava duramente o antidemocratismo e o colonialismo, e em endossar-lhe manifestações de cordialidade ficou patente desde o início. Após a investidura, a Farnesina enviava à Embaixada de Portugal a tradicional nota protocolar de apresentação. Apesar de redigida nos mesmos termos das notas dos ministros anteriores, a nota de Nenni limitava-se a apelar à colaboração pessoal do Embaixador, omitindo o trecho relativo à colaboração do Governo que o diplomata representava¹⁸. Esta omissão, intencional, representava uma mensagem indireta, embora clara, do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Governo português: não há cooperação construtiva com regimes opressivos.

A inimizade em relação ao regime de Lisboa, contra o qual o PSI atuava ao apoiar a oposição política portuguesa e os movimentos de libertação das províncias ultramarinas¹⁹, ficava bem visível no contexto do sequestro e massacre de vários italianos da petrolífera ENI no Biafra, em maio de 1969, no contexto da guerra civil na Nigéria. Uma vez libertados no seguimento da intervenção de Portugal, da Costa do Marfim e do Gabão junto do Governo biafrense, solicitada pelo Governo italiano, a polémica estalava. Nenni tinha recusado assinar o telegrama que solicitava a intervenção de Lisboa. Só muito relutantemente, depois de perceber que ninguém compreenderia que por razões de ordem pessoal e partidária não fizera os possíveis para salvar os italianos, é que Nenni avançou com o pedido a Portugal, país que tinha uma grande

¹³ *Idem, ibidem*, p. 229.

¹⁴ *Apud idem, ibidem*, p. 229.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 229.

¹⁶ *Apud idem, ibidem*, p. 229.

¹⁷ *Apud idem, ibidem*, p. 230.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 230-231.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 246-261 e 272-289.

ascendência sobre o Biafra. Também no quadro da política interna, o PSI e o PDC, através dos respetivos órgãos de comunicação, o *Avanti* e o *Il Popolo*, competiam para atribuir o mérito da libertação a Nenni, no caso dos socialistas, e ao Governo, no caso dos democratas-cristãos. A esta luz deve também ser apreciada a crítica que o *Unità*, jornal do PCI, dirigia a Mario Pedini, Subsecretário democrata-cristão dos Estrangeiros, por ter ido a São Tomé em visita de agradecimento às autoridades portuguesas. Para o *Unità*, a visita fora uma homenagem ao colonialismo português e um ultraje para toda a África, um ataque que, como sublinhava Hall Themido, destinava-se mais ao Governo italiano do que a Portugal²⁰.

No início da década de 70, a influência do PCI junto das massas era crescente, materializando-se numa agitação sindical sem precedentes. No plano político, eram constantes as invetivas para um maior entendimento partidário, com ou sem coligação de centro-esquerda. A partir da primavera de 1970, no contexto de uma nova crise governamental, a dissensão no *centro-esquerda* agravava-se perante a proposta da ala esquerda da Democracia-cristã para uma colaboração com os comunistas. Na mesma altura, os ataques do PCI ao *centro-esquerda* acentuavam-se no *Unità*, utilizando, para o efeito, a nomeação de Girolamo Messeri como Embaixador em Lisboa e a participação da Itália na construção da barragem de Cabora Bassa, em Moçambique. A ideia base era que a Itália estreitava a colaboração com Portugal e seguia uma política de duplicidade em África, não hesitando em financiar o colonialismo português.

O envio de Girolamo Messeri para Lisboa tinha sido decidido como um sinal de amizade para com Portugal e com o intuito principal de estreitar as relações luso-italianas. Não só era um elemento ativo e importante na Farnesina e na vida política italiana, como era amigo pessoal de Aldo Moro, naquela altura Ministro dos Negócios Estrangeiros²¹. De facto, aquando da nomeação de Messeri, as relações deterioravam-se. Os motivos foram os seguintes:

- a) A realização, em Roma, da Conferência de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas (27-29 de junho de 1970), após a Embaixada ter solicitado a proibição da mesma ao Governo com a justificação de que a finalidade última do evento seria criar um movimento de pressão para levar à expulsão de Portugal da NATO²².
- b) O estabelecimento, em julho de 1970, de uma parceria entre o Hospital Santa Maria de *Reggio Emilia*, na *Emilia Romagna*, região controlada pelo PCI, e o Hospital Central de Cabo Delgado, criado no território controlado pela FRELIMO. Ao protesto do Embaixador, a Farnesina respondia que o Governo não faria qualquer intervenção num assunto que envolvia diretamente uma zona dominada pelos comunistas, confirmando, por conseguinte, que havia limites inultrapassáveis decorrentes quer da necessidade de o Governo e a Democracia-cristã manterem boas relações com os países africanos, quer da rivalidade partidária, com o PCI a deter maior influência junto dos movimentos de libertação da África²³.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 231-235.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 236.

²² *Idem, ibidem*, p. 251-253.

²³ *Idem, ibidem*, p. 253-256.

- c) O recuo do Governo italiano na decisão de financiar a empresa *Società Anonima Electricità*, a qual pretendia integrar o consórcio que construiria a barragem de Cabora Bassa, em Moçambique. A decisão revelava, para o Governo de Lisboa, que o homónimo italiano tinha cedido à campanha interna e externa conduzida contra a barragem, centrada na ideia de que o empreendimento reforçaria o sistema colonial português, retardaria a independência de Moçambique e serviria sobretudo a África do Sul, país racista, pois seria ele o principal comprador da energia elétrica produzida²⁴.

Para um Hall Themido extremamente preocupado, a intensa atividade conduzida pela FRELIMO, pelo MPLA e pelo PAIGC em Itália tinha um duplo objetivo: conseguir o máximo de apoios entre os deputados italianos e junto de entidades públicas e privadas. Como escrevia o Embaixador, Lisboa devia ficar atenta, pois estava a formar-se uma campanha antiportuguesa “muito perigosa” à qual os políticos eram sensíveis e que poderia arrastar o Governo italiano para uma tomada de posição pública contra Portugal²⁵. Vários deputados da ala esquerda do PDC tinham inclusive viajado até à Zâmbia, um dos grandes apoiantes dos nacionalistas da África portuguesa, evidência de que se tentava movimentar o partido contra Portugal²⁶. Para controlar esta ameaça latente, o Embaixador contava especialmente com Giulio Andreotti, um amigo e um dos elementos mais importantes da Democracia-cristã, a quem solicitava que mantivesse o PDC fora das manobras antiportuguesas conduzidas em Itália, sobretudo quando o Governo de centro-esquerda, sem prejuízo do seu professado anticolonialismo, tinha uma “atitude responsável” na ONU²⁷. Com efeito, o Governo italiano apoiava, enquanto membro do Conselho de Segurança (1971/1972), os princípios do não reconhecimento dos movimentos nacionalistas e da não intervenção na situação interna dos países membros da ONU²⁸. Portugal contava, pois, com a compreensão amigável do Governo italiano e com o apoio possível dentro dos limites da sua posição anticolonialista e das suas relações com os novos países africanos²⁹. Daí que Agostinho Neto, Presidente do MPLA, surgisse em junho de 1971 a acusar criticamente a Itália de fazer jogo duplo, apoiando, por um lado, os movimentos de libertação sem, por outro lado, atuar para isolar e condenar o colonialismo português no âmbito da NATO e da ONU ou bloquear a utilização do armamento da Aliança nas guerras em África³⁰.

Um dos fortes ataques a Portugal, claramente orquestrado pelos comunistas com fins de política interna, acontecia em março de 1972, em plena campanha eleitoral para as legislativas de junho de 1972 e na véspera do Congresso do PCI, em Milão (13-17 de março de 1972). Recordemos que foi neste congresso que o PCI escolhia Enrico Berlinguer para novo Secretário-geral, mais independente face à ortodoxia imposta por Moscovo e defensor de uma aliança governamental e política entre comunistas e

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 265-269.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 256.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 256.

²⁷ *Apud idem, ibidem*, p. 237.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 224.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 225.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 225.

democratas-cristãos, designada por *compromisso histórico*. Em simultâneo, também no PSI surgiam vozes a defender a constituição de uma frente popular com o PCI, com o propósito de levar a esquerda em massa para a área governativa³¹. O novo ataque a Portugal organizava-se em torno da figura do Embaixador italiano em Lisboa, Girolamo Messeri, estando no centro da grande polémica que se criou a defesa de Marcello Caetano na correspondência enviada para o MAE³². No dia 8, o órgão do PCI, *L'Unità*, publicava um aerograma de Messeri para, com provas, poder acusá-lo de ser um sustentáculo do Governo de Lisboa e da sua “vergonhosa tese racista”³³. Na Câmara dos Deputados, os grupos parlamentares do PCI e do PSI interpelavam o Presidente Andreotti e o Ministro dos Estrangeiros Aldo Moro para que explicassem porque é que Messeri, depois de ter usado de “brutal terminologia de tipo racista, colonialista e fascista”, ainda não tinha sido exonerado³⁴. Na Farnesina, sabia-se que a questão do aerograma constituía um ataque político e pessoal; restava saber é se era contra Messeri, para afastá-lo da política, ou se visava o Chefe do Governo demissionário, Giulio Andreotti, um conservador refratário ao *centro-esquerda*, acusando-o de solidarizar-se com a política africana de Portugal³⁵. Recordemos que Andreotti presidia a um efémero Governo monocolor democrata-cristão.

Logo depois da publicação do aerograma de Messeri, começava a circular na imprensa italiana a informação de que a Democracia-cristã estaria a preparar com os dirigentes da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC a instalação de delegações em Roma, a suas expensas. A Itália seria assim o quarto país europeu, depois da Holanda, da Suécia e da Jugoslávia, a aceitar uma representação dos movimentos africanos. Escandalizado e em choque, o Governo português exigia explicações e reagia com uma campanha anti-italiana na Emissora Nacional. Num telegrama enviado ao MNE, Aldo Moro explicava a situação falhando completamente ao nível da perspicácia, pois fazia a distinção entre o Governo, que seguia uma linha oficial de acordo com as alianças assumidas pela República da Itália, e o PDC, que seguia uma linha político-ideológica definida a nível partidário. Novamente em protesto, o Embaixador observava que tal separação era ilógica, porquanto o Governo, liderado por Andreotti, era constituído apenas pela Democracia-cristã. Todavia, a grande questão era que, em pleno bulício eleitoral, nem o Governo, nem a Democracia-cristã poderiam tomar atitudes que a colocassem em desvantagem face aos restantes partidos, e daí a notícia da subvenção aos nacionalistas³⁶.

Realizadas as legislativas, a 26 de junho de 1972, Giulio Andreotti formava o seu II Governo, sem o PSI. Em dezembro voltava a instabilidade. A par das dificuldades políticas, a Itália atravessava uma situação económica muito delicada. Neste contexto, a ala esquerda da Democracia-cristã, com Aldo Moro à cabeça, vinha a público defender a formação de uma coligação governamental de centro-esquerda. Na Farnesina, Armando Martins era alertado para a possibilidade de Portugal ver a sua situação

³¹ COLARIZI, Simona – *Storia politica della Repubblica...*, p. 106-124.

³² MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas...*, p. 179-180 e 236-239.

³³ *Apud* MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 240.

³⁴ *Apud idem, ibidem*, p. 240.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 240.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 240-242.

piorar em Itália se o Governo fosse substituído por um novo *centro-esquerda*, onde os ataques seriam “mais frequentes e cerrados”³⁷. Efetivamente, no final de maio de 1973, a crise política crescia exponencialmente, com várias manobras para fazer cair o Presidente do Conselho. A 12 de junho, Andreotti demitia-se, sucedendo-lhe Mariano Rumor com um Governo de centro-esquerda. Moro reentrava no MAE. À Embaixada portuguesa assegurava-se que o Governo italiano seguiria a mesma linha de moderação em relação a Portugal. No início de outubro de 1973, as pressões sobre o Executivo centravam-se no reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, unilateralmente declarada em setembro. A ala esquerda do PDC, a par do PCI e do PSI, apelava ao reconhecimento imediato. Ao Embaixador português, a Farnesina garantia que a Itália só tomaria uma decisão em conjunto com os Estados-membros da CEE, pelo que nunca avançaria para uma posição isoladamente nem seria, dos países aliados de Portugal, o primeiro a fazê-lo. Não obstante, como insistia Aldo Moro, a posição italiana face à política ultramarina portuguesa era e sempre seria a da defesa da inevitabilidade da descolonização³⁸.

2. *A transição democrática em Portugal como arma política no aprofundamento da abertura à esquerda em Itália*

Imediatamente após o golpe de Estado militar de 25 de abril de 1974³⁹, o MNE dava instruções ao Embaixador Armando Martins para que informasse as autoridades italianas da constituição da Junta de Salvação Nacional (JSN), devendo enfatizar o carácter democrático do regime nascente⁴⁰. A 30 de abril, consultados os Estados-membros da CEE, o Governo italiano reconhecia a legitimidade jurídica da JSN⁴¹. O bom acolhimento ao novo regime em Itália resultou na preparação de missões ao mais alto nível para alargar e desenvolver as relações diplomáticas. O Embaixador em Roma sublinhava como a Itália era um parceiro estratégico importante, não só pelas suas ligações às comunidades europeias e aos países do Terceiro Mundo, com os quais o Estado Novo criara animosidades a sanar, mas também pela sua capacidade de inovação tecnológica. Por seu lado, o Governo de Roma propunha conversações preparatórias para a instituição de acordos bilaterais de cooperação económica, industrial e cultural. No campo multilateral, oferecia-se para promover um eventual pedido de adesão de Portugal à CEE⁴².

³⁷ *Apud idem, ibidem*, p. 243.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 245-246.

³⁹ CERVELLÓ, Josep Sánchez – *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993. ISBN 9789723703177. p. 125-185; FERREIRA, José Medeiros – “Portugal em transe (1974-1985)”. In MATTOSO, José - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 9724209725. Vol. VIII, p. 24-33; REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007. ISBN 9789896261313. p. 25-62.

⁴⁰ MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 342.

⁴¹ *Apud idem, ibidem*, p. 342.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 347.

No final da primavera de 1974, Mário Soares, Ministro dos Estrangeiros, convidava o homónimo italiano, Aldo Moro, a visitar oficialmente Portugal, visita que marcaria o início de uma fase reaproximação em convergência nas relações luso-italianas. Em agosto, o Subsecretário dos Negócios Estrangeiros, Cesare Bensi, ia a Lisboa preparar a visita e discutir a realização de acordos bilaterais de cooperação económica, industrial e cultural⁴³. E a polémica estalava! O jornalista Francesco Damato, na edição de 27 de agosto do *Il Giornale*, matutino conservador de Milão, publicava um artigo onde acusava Bensi de ter feito comentários desfavoráveis sobre Moro, em Lisboa⁴⁴, nomeadamente que deixara de ser o carismático líder político para tornar-se numa personagem enfraquecida e sem influência⁴⁵. Pormenor importante: Cesare Bensi pertencia ao PSI, partido que integrava o frágil Governo do democrata-cristão Mariano Rumor. O Governo de Rumor tinha sido constituído em junho, num clima de grave desentendimento entre o PDC e os socialistas quanto às medidas económicas a executar para inverter a conjuntura gravíssima de recessão. Se o PDC, sob o controlo de Amintore Fanfani, refreava os setores radicais, defensores do aprofundamento da *abertura à esquerda* com o PCI, e insistia na formação de um Governo monocolor democrata-cristão, a esquerda apelava à constituição de uma coligação governativa entre o PDC, o PSI e o PCI. Por outras palavras, apelava à concretização do *compromisso histórico*, fórmula apresentada por Enrico Berlinguer em setembro de 1973⁴⁶. Devido às relações tensas entre o PDC e o PSI, o Governo de Rumor funcionava com sérias dificuldades. Em agosto, a crise agudizava, com Francesco Martino, Secretário-geral do PSI, a exigir que o PDC esclarecesse inequivocamente a sua posição no âmbito do *centro-esquerda*. Para o Embaixador Martins, tratava-se de uma manobra tácita, cujo objetivo ulterior seria embarcar com o PCI na “nave do poder”⁴⁷, havendo quem vaticinasse que se Rumor caísse, o *centro-esquerda* cairia com ele para dar lugar ao compromisso histórico⁴⁸. Era, pois, neste contexto que decorria a viagem de Cesare Bensi a Lisboa, atuando este não como um elemento ao serviço do governo, mas como um intérprete da lógica combativa do PSI, o que constituía uma clara interferência dos jogos de partido no trabalho diplomático⁴⁹. O agravamento da crise política italiana levou à suspensão da visita de Moro a Portugal. No outono de 1974, o V Governo Rumor evoluía para uma situação demissionária, com aquele a tornar-se na figura central da formação da nova coligação.

Antes, porém, o processo de transição democrática em Portugal seria utilizado nas manobras políticas que levou a este desenlace⁵⁰. Como se verifica, não só as alianças e contra-alianças continuavam ativas nas fórmulas governativas de centro-esquerda, mas

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 365-368.

⁴⁴ DAMATO, Francesco – “Difficoltà nella preparazione del viaggio di Moro a Lisbona”. *Il Giornale*. 27 de Agosto de 1974, p. 2.

⁴⁵ *Apud* GATTA, Bruno – “Due destini contrapposti”. *Avvenire*. 30 de Agosto de 1974, p. 2.

⁴⁶ COLARIZI, Simona – *Storia politica della Repubblica...*, p. 116-120; MAMMARELLA, Giuseppe & CACACE, Paolo – *La politica estera...*, p. 229-230.

⁴⁷ *Apud* MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 313.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 308-315.

⁴⁹ DAMATO, Francesco – *Difficoltà nella...*, p. 2.

⁵⁰ MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 315, 368.

também a política interna portuguesa continuava a ser vista pelos sectores partidários como um recurso convenientemente apto a servir os seus objetivos propagandísticos internos e a estratégia de ataque político. As atenções centravam-se, desta vez, na contrarrevolução de direita do 28 de setembro de 1974, promovida pelo Presidente da República, General António de Spínola, para deter a tónica socializante do processo democrático trilhado desde o 25 de abril⁵¹. Mais uma vez, o PSI e o PCI envolviam o Embaixador Messeri em acusações de filo-fascismo, denunciando a sua hostilidade ao regime democrático, por contraposição à proximidade mantida com os meios marcelistas e spinolistas, o que o tornava num óbice ao estreitamento das boas relações com Portugal.

Tal como acontecera em 1972, como vimos no ponto anterior, Messeri foi utilizado para enfraquecer politicamente a Democracia-cristã. A imprensa comunista publicava um relatório onde o Embaixador fazia uma avaliação crítica da evolução dos acontecimentos desde o 25 de abril. São muito escassas as informações relativas à sua posição sobre a queda do Governo de Marcello Caetano. Segundo um telegrama confidencial, enviado pelo Embaixador de Portugal em Montevideu a Armando Martins, Messeri era “120%” favorável ao Chefe de Estado e à nova política portuguesa⁵². Isto é, apoiava-a plenamente. A identificação entre os pontos de vista de Messeri e Spínola era evidente, pois ambos pendiam para uma leitura conservadora dos acontecimentos, ditada por aquele que era o valor moral mor: a Ordem⁵³.

A situação portuguesa foi pela primeira vez utilizada, desde a queda do Estado Novo, para atacar a Democracia-cristã na sessão de 1 de agosto da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados, realizada para discutir a situação internacional e o papel da diplomacia italiana no contexto mundial. Neste âmbito, avaliava também a substituição de Messeri por alguém não comprometido com o Estado Novo⁵⁴. Como dizia Michele Achili, Vice-presidente do Grupo Socialista da Câmara dos Deputados, era necessário ter em Lisboa, quando estavam criadas as condições democráticas para um estreitamento das relações diplomáticas e perante a visita oficial de Aldo Moro a Portugal, um Embaixador “capaz de instaurar com o novo Governo português um clima de efetiva colaboração”⁵⁵. O Subsecretário dos Negócios Estrangeiros, Mario Pedini, democrata-cristão, retorquia ao anterior com a certeza de que as posições passadas de Messeri não intervinham negativamente na preparação de um evento com o qual o Governo de Roma desejava “sublinhar a simpatia com que a Itália saudou o fim da ditadura fascista”⁵⁶.

O grande ataque montado na imprensa contra Girolamo Messeri e o Governo democrata-cristão acontecia a 14 de novembro de 1974, no dia seguinte à partida do Ministro Vítor Alves de Roma e em pleno contexto das negociações de Aldo Moro para terminar com a crise política e formar uma nova coligação, desta vez entre o PDC e o Partido Republicano Italiano (PRI) com o apoio externo do PSI. O Governo de

⁵¹ CERVELLÓ, Josep Sánchez – *A revolução portuguesa...*, p. 48-51, 193-219; FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em transe...*, p. 239-260; REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril...*, p. 62-96, 110-110.

⁵² *Apud* MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 368.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 368.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 368-369.

⁵⁵ *Apud idem, ibidem*, p. 369.

⁵⁶ *Apud idem, ibidem*, p. 369

Rumor tinha caído a 3 de outubro, novamente por desentendimento com os socialistas e perante a insistência dos seus principais líderes na inclusão dos comunistas na área de apoio externo ao Governo, vista como o caminho para a reconstrução de uma democracia avançada. O PDC continuava a insistir na constituição de um Governo de centro-esquerda contraposto aos comunistas, muito embora Moro admitisse uma posição aberta e construtiva em relação ao PCI em questões cruciais⁵⁷.

O momento para a divulgação do relatório de Messeri foi, de facto, cuidadosamente escolhido. Primeiro para não perturbar a visita à Itália de Vítor Alves, Ministro sem pasta do III Governo Provisório, realizada para informar o Governo sobre a situação política portuguesa após o 28 de setembro e sobre as reformas socialistas que vinham sendo feitas em nome do Povo. Segundo para tirar o maior proveito da visibilidade que os acontecimentos portugueses e a visita de Alves tiveram na imprensa e na televisão italianas⁵⁸. Tudo começou com a reprodução do relatório, secreto, sobre a situação política portuguesa antes do 28 de setembro, enviado por Messeri ao MAE, nas páginas do *Il Mondo*, jornal com larga influência entre os intelectuais de esquerda e bastante ligado ao Partido Republicano Italiano. Para Messeri, Portugal estava, numa palavra, perdido. A violência e a anarquia minavam a estabilidade e colocavam a economia nacional num estádio de pré-agonia. A juntar a isto, o radicalismo impunha-se no MFA, destruindo os fundamentos da liberdade⁵⁹. Tenha-se em conta que, apesar da polémica que se pretendia criar com as reflexões de Messeri, a sua análise não diferia substancialmente da dos EUA, dos restantes aliados atlânticos e dos Estados-membros da CEE, pois a escalada comunista no quadro político europeu não era desejada por nenhum daqueles atores internacionais, procurando limitá-la de todas as formas possíveis.

O artigo do *Il Mondo* teve grande repercussão na imprensa italiana e o Senador comunista Ugo Pecchioli, a 15 de novembro, questionava a Farnesina sobre a veracidade do relatório e quais as medidas que pretendia tomar relativamente à representação diplomática italiana em Portugal⁶⁰. Conhecendo a polémica que decorria em Itália e perante os ecos que o caso tinha na imprensa portuguesa, o MNE instruiu o Embaixador Martins para informar o Governo italiano de que considerava as declarações de Messeri como extremamente graves e que reprovava veementemente que um jornal tivesse tido acesso a um documento diplomático reservado. Neste sentido, Martins deveria averiguar se o relatório publicado era ou não original. Segundo a Farnesina, o texto do *Il Mondo* não correspondia ao original e aquela versão grosseiramente deturpada tinha sido publicada com a clara intenção de prejudicar Messeri, tal como acontecera com a publicação do aerograma em 1972. Martins conseguiu ainda apurar confidencialmente que a publicação do *Il Mondo* relacionava-se com os desentendimentos ocorridos entre Messeri e o Subsecretário Cesare Bensì durante a viagem deste a Lisboa e tinha sido organizada pelo núcleo socialista em funções no MAE. Não era, portanto, um acaso que a publicação tivesse sido feita no dia seguinte à partida do Ministro Vítor Alves, precisamente para não prejudicar a sua missão e o Governo português.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 315.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 369-370.

⁵⁹ Parola di Messeri: “Lisbona, che pena”. *Il Mondo*. n.º 47, 21 de Novembro de 1974, p. 13.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 371.

Como o próprio Messeri tinha desenvolvido uma grande atividade para o sucesso da visita do Ministro Alves a Roma, o que revelava empatia com o novo Governo saído do 28 de setembro, o Embaixador Martins considerava que a manobra destinava-se, por um lado, a enfraquecer a importância do diplomata nos meios governamentais portugueses e, por outro lado, a puni-lo por ter tentado limitar os contatos de Alves aos meios da Democracia-cristã⁶¹.

Às informações de Roma, o MNE reagia com preocupação perante a possibilidade de a presença de Messeri em Lisboa continuar a criar situações difíceis e delicadas que pudessem afetar as “excelentes relações” em vigor entre Portugal e a Itália, cogitando em pedir o seu afastamento⁶². Para a Farnesina, substituí-lo quando era atacado na imprensa apenas mostraria que as relações externas cediam a especulações e ao sensacionalismo. Por outro lado, Messeri tinha verdadeira amizade ao país, visível na atividade que desenvolvera aquando da visita de Vítor Alves. Atendendo a estas circunstâncias e ao facto de o Governo italiano, recentemente formado por Aldo Moro, ter acabado de sair de um período de crise, Martins sugeria ao MNE que procurasse evitar o “traumatismo” que se causaria nas relações entre os dois países se se declarasse Messeri como *persona non grata*. Ademais, fazê-lo teria repercussões sobre o novo Governo, constituído pelo PDC e pelo PRI, na medida em que Messeri era democrata-cristão e o *Il Mondo* estava muito ligado ao PRI. O assunto ficou sanado com a confirmação pública e oficial pela Farnesina de que texto publicado não correspondia ao documento original enviado por Messeri. Este seria em seguida chamado a Roma e não regressaria a Lisboa⁶³.

Após o 28 de setembro, os focos de tensão entre os sectores políticos iam crescendo à medida que o PCP ganhava influência dentro do Governo e atuava para instaurar uma democracia popular. No início de 1975, a agudeza das divergências político-ideológicas polarizava PCP e o PS em campos opostos. Ao mesmo tempo, o General Spínola ressurgia no contexto político português, dando origem a um conjunto de movimentações militares que culminaram na intentona de 11 de Março de 1975, lida na altura como um golpe de Estado de direita, de imediato neutralizado pelo MFA. Instalava-se então uma nova relação de forças, com a esquerda revolucionária a fortalecer-se e a adquirir o controlo do processo político, acentuando o pendor marcadamente marxista da Revolução e abrindo caminho à nacionalização da banca, das seguradoras e das indústrias fundamentais, à reforma agrária e ao nascimento do Conselho da revolução, muito próximo do PCP. Portugal rumava claramente em direção à constituição de um Estado socialista⁶⁴.

Na primeira metade de 1975, a agressividade político-ideológica registada em Portugal fazia em Itália manchetes pouco abonatórias da exemplaridade da revolução portuguesa, anteriormente elogiada. Rapidamente, a conjuntura portuguesa constituía uma “lição” para os italianos, fomentando o debate em torno da necessidade de atualizar alianças e posições partidárias com o objetivo de obter a vitória nas eleições regionais,

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 371-372.

⁶² *Apud idem, ibidem*, p. 372.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 372-373.

⁶⁴ CERVELLÓ, Josep Sánchez – *A revolução portuguesa...*, p. 210-226; FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em transe...*, p. 105-137, 206-210; REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril...*, p. 120-142.

marcadas para junho de 1975, e resolver a questão do *compromisso histórico*, quer concretizando-o, quer anulando definitivamente tal possibilidade. Este inconclusivo debate sobre a (in)viabilidade do *compromisso histórico* acabaria por transformar as eleições regionais de 1975 numa prova de aferição da vitalidade e da popularidade das forças partidárias, tendo a política interna portuguesa sido utilizada como um tema quente no âmbito da campanha eleitoral.

Tudo recomeçou quando elementos da extrema-esquerda impediram, com recurso à violência física, a realização do I Congresso do Centro Democrático e Social, cujo início fora marcado para 25 de janeiro de 1975, no Porto⁶⁵. Para os italianos, este facto demonstrava perfeitamente como a liberdade não estava assim tão presente em Portugal. E se assim fosse, as eleições para a Assembleia Constituinte, marcadas para abril de 1975, não decorreriam em plena liberdade e dificilmente o país poderia, sob a ameaça de uma ditadura, ingressar na via da democracia⁶⁶. Por esta razão, o afastamento do Partido da Democracia-cristã português da campanha eleitoral e a sua posterior ilegalização pelo Conselho da Revolução – decretados como medidas punitivas pelo envolvimento dos seus dirigentes no golpe de Estado planeado pelos spinolistas e pelos sectores da direita, a 11 março de 1975 –, tiveram larga repercussão em Itália⁶⁷. As posições dividiam-se em duas leituras: a dos meios não comunistas ou socialistas, de vincada oposição à decisão das autoridades portuguesas, e a dos meios comunistas, de apelo à calma e explicando as dificuldades que a jovem democracia portuguesa enfrentava para evitar o regresso das forças reacionárias⁶⁸.

É neste contexto que deve inserir-se a decisão do PDC, liderado por Amintore Fanfani, em abandonar o XIV Congresso do PCI (Roma, 18-23 de março de 1975), conhecido em Itália como o *congresso do compromisso histórico* e aguardado, pela importância da questão em discussão, com grande expectativa⁶⁹. Invocando como pretexto a ilegalização do Partido da Democracia-cristã português e o facto de Enrico Berlinguer, Secretário-geral do PCI, não ter condenado o ato de ilegalização no discurso inaugural, os democratas-cristãos iniciavam uma violenta campanha contra o *compromisso histórico*, agitando, nas palavras do Embaixador Martins, “o espantinho do comunismo e da defesa da civilização ocidental”⁷⁰. O objetivo consistia em evidenciar o verdadeiro carácter totalitário do comunismo, malgrado as variadas vias nacionais ao socialismo, para desmascarar a falácia (*sic*) do *compromisso histórico* que o PCI pretendia concretizar em Itália.

Nova polémica. O PCI reagia e acusava os democratas-cristãos de pretenderem envolver Portugal numa pura manobra eleitoral. O PDC respondia afirmando que abandonara o congresso porque o PCI não tinha condenado as “gravíssimas” decisões

⁶⁵ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em transe...*, p. 251-253; REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril...*, p. 147-148.

⁶⁶ MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 376-377.

⁶⁷ REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril...*, p. 148-149, 153.

⁶⁸ MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 378.

⁶⁹ GOMES, Marco – “Quando a Revolução de Abril atropelou a Itália. A suspensão do Partido da Democracia Cristã e as repercussões no XIV Congresso do Partido Comunista Italiano”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. ISSN 16453530. N.º 10 (2010) p. 129-146.

⁷⁰ *Apud* MATOS, Vera de – *Portugal e Itália. Divergências e convergências...*, p. 379.

de Lisboa⁷¹. Nestes termos, pretendia que o seu gesto de protesto fosse suficiente para induzir os comunistas a um juízo mais preciso sobre os acontecimentos portugueses. Vendo-se constrangido a explicar a sua posição, o PCI afirmava que não apoiava a ilegalização da Democracia-cristã em Portugal. Para além de auspiciar que fosse realizado um regime de plena democracia, Berlinguer reivindicava a autonomia de opinião do PCI, partido que nada tinha a ver com o Conselho da Revolução ou com o PCP, e sublinhava que os comunistas italianos nunca renunciariam aos princípios democráticos que garantiam o multipartidarismo baseado na coexistência de forças da esquerda, do centro e da direita. Berlinguer condenava igualmente a Democracia-cristã por ter utilizado os acontecimentos em Portugal para invalidar o *compromisso histórico*, acusando Fanfani de seguir uma linha intolerante e facciosa, tanto mais quando não tinha criticado Salazar ou Caetano pelas suas medidas antidemocráticas. Nesta perspectiva, com a decisão irrefletida de retirar a delegação do PDC do congresso, Fanfani fazia compreender a diferença abissal entre as concepções políticas dos democratas-cristãos, marcadas pela intolerância, e as dos comunistas, marcadas pela razão⁷².

A partir de 25 de novembro de 1975, o impulso revolucionário do processo de transição democrática ficava contido, operando-se um progressivo deslize para a direita. A 27 de junho de 1976, o General Ramalho Eanes era eleito Presidente da República, assumindo-se perante os portugueses como um defensor intransigente da Constituição de 1976, à qual a via socializante da sociedade portuguesa devia obedecer. Não por acaso, em Itália, Eanes foi designado como o “Presidente da ordem”⁷³.

Em Itália, o inconclusivo debate sobre a viabilidade do *compromisso histórico* acabaria por transformar as eleições regionais de 15 de junho de 1975 numa prova de aferição da vitalidade e da popularidade das forças partidárias. Os resultados obtidos pelo PCI nestas eleições alteraram irreversivelmente o jogo de equilíbrios políticos nos anos que se seguiram. Os comunistas obtiveram um aumento de 6% nos votos e o PDC perdia 2,5% dos seus; o PSI subia apenas 1,6%, o que lhe retirava parte da influência que vinha reclamando. Acontecia o que na altura se designou por “revolução das urnas”⁷⁴. O eixo político do país deslocava-se nitidamente para a esquerda. Porém, as crises políticas e governamentais continuaram a suceder-se, alimentadas pela crise económica, pela crise das instituições democráticas e pelo contínuo debate em torno da inclusão do PCI na área governativa. Em 1976, tinha início um período dominado pela formação de governos de *solidariedade nacional*, assente na colaboração parlamentar entre o PDC e o PCI, o que representou a realização possível do *compromisso histórico* defendido pelos comunistas. Nas legislativas de 1979, depois de novas crises governamentais, o PCI registava uma quebra nos votos, tornando impossível a sua entrada no Governo ou a continuação da formação de governos apoiados por ampla maioria com o PCI⁷⁵.

No referente às relações luso-italianas, verificava-se um estreitamento a partir de meados de 1975, depois de aligeirada a polémica alimentada pela ilegalização do PDC

⁷¹ *Apud idem, ibidem*, p. 379.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 379-381.

⁷³ *Apud idem, ibidem*, p. 310.

⁷⁴ *Apud idem, ibidem*, p. 318.

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 316-325.

português⁷⁶. A partir de então, as visitas oficiais entre os dois países foram constantes e destinavam-se a discutir o crescimento da colaboração luso-italiana a nível económico, cultural, financeiro, comercial e político e no âmbito das instituições internacionais, CEE incluída. Discutiam-se também os problemas de política internacional, os acontecimentos nacionais e as opções geoestratégias luso-italianas neste duplo contexto, nomeadamente a coordenação da política mediterrânica e africana dos dois países, a adesão de Portugal à CEE e o estreitamento das relações bilaterais através do aumento do comércio, do intercâmbio cultural e dos investimentos italianos, fundamentais ao desenvolvimento da economia portuguesa.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 349-356.